

## ATA N.º 5 (REUNIÃO PRIVADA)

OOXXXOO

000

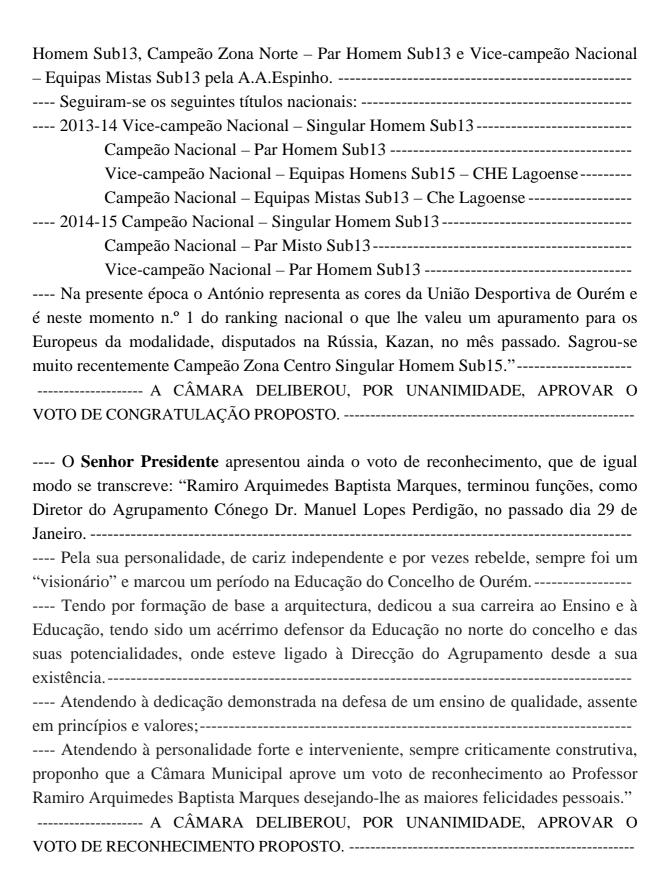
#### **ABERTURA DA REUNIÃO**------

ooxxxoo

000

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

---- Na época de 2007/2008 o António começou a ir regularmente ao treino do CBL em Leiria, época em o seu pai constrói um court na propriedade da família, permitindo ao jovem António, com 5 anos começar a desenvolver de uma forma regular e sistemática todas as suas capacidades e o seu gosto pelo Badmínton. Com 6 anos de idade começa a competir e em 2012-13 sagrou-se Campeão Zona Norte – Singular





---- Seguidamente o **Senhor Presidente** deu a palavra aos Senhores Vereadores para tratamento de assuntos gerais para a autarquia. -----

---- Tomou a palavra a Senhora Vereadora Maria Isabel Tavares Cardoso Justa de **Sousa Costa**, que apresentou o documento que se passa a transcrever: "Em deslocação ao local, onde decorreram obras de requalificação na designada Estrada da Ribeira em Espite / Matas, pudemos constatar que a mesma se encontra encerrada ao trânsito. --------- De acordo com o anúncio afixado na obra, podemos verificar que a referida empreitada foi adjudicada por 135.097,13 Euros, acrescido de Iva, com prazo de execução de 90 dias.--------- Consultado o contrato de Ajuste Direto, publicado no Portal Base Gov, constatamos que o mesmo foi assinado em 10 de Julho de 2015, pelo que a obra estará concluída. --------- Da visita que efectuamos, e da qual anexamos fotografias, vimos que a obra se encontra num estado deplorável, com troços asfaltados mas sem valetas e bermas executadas, outros intransitáveis e zonas onde não existiu qualquer intervenção.--------- Perante este cenário colocam-se as seguintes questões: --------- 1º O Caderno de Encargos previsto neste Ajuste Direto está concluído? --------- 2º Quem é o responsável pelo estado atual da estrada?-------- 3º Como e quando se prevê a requalificação efetiva de toda a extensão da estrada referenciada? --------- Tendo em conta a situação atrás descrita, e porque não conseguimos entender a realização de um Ajuste Direto para esta obra, tendo em conta o estado de degradação e a extensão da estrada, os Vereadores da Coligação Ourém Sempre RECOMENDAM que o executivo Socialista, inicie um procedimento de Concurso Público, com a máxima urgência, para que a referida estrada possa ser reaberta nas melhores condições." -----



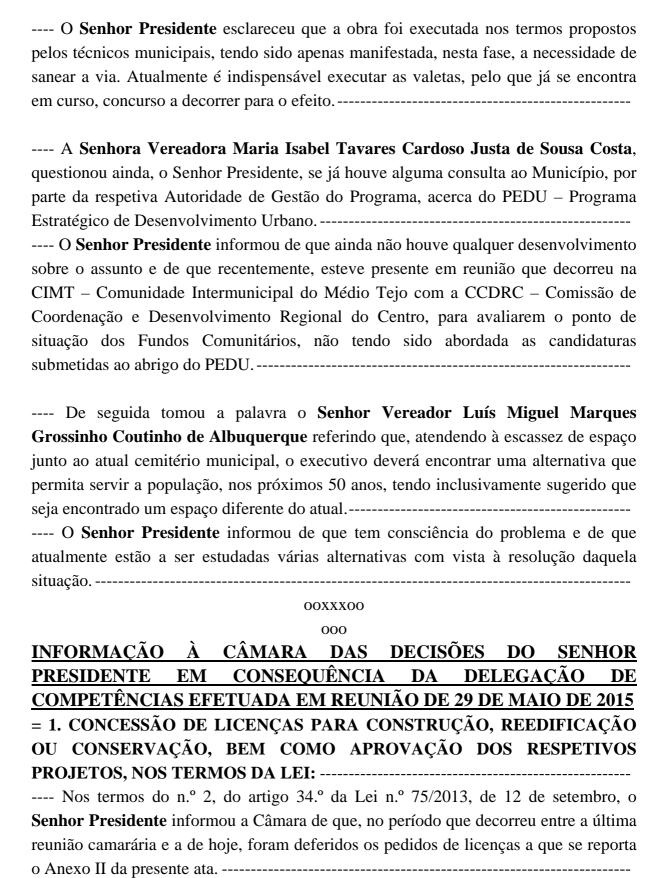


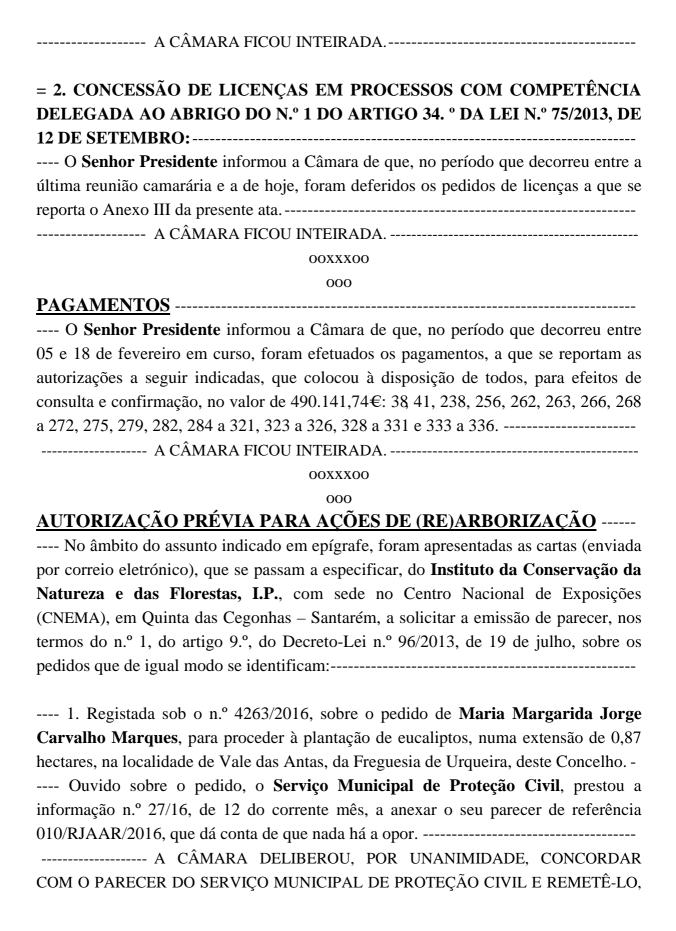






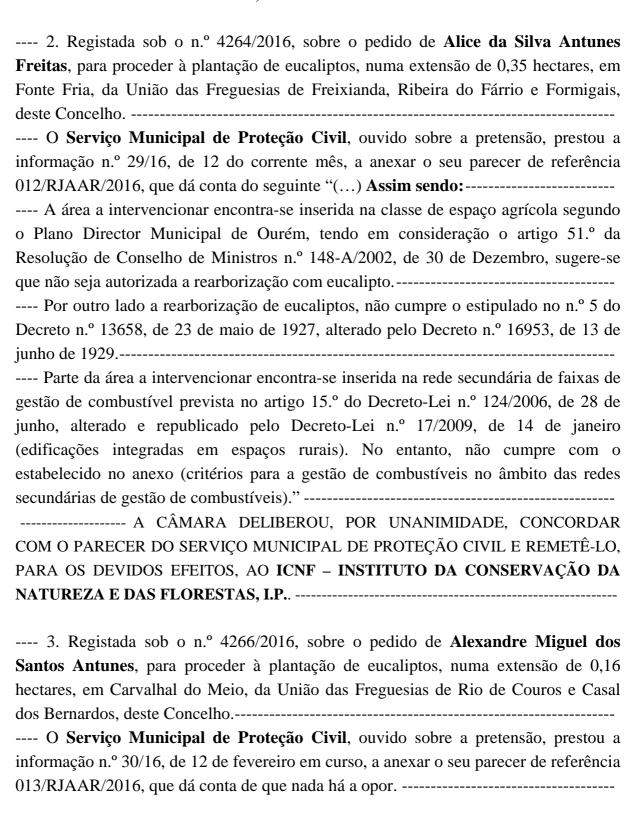


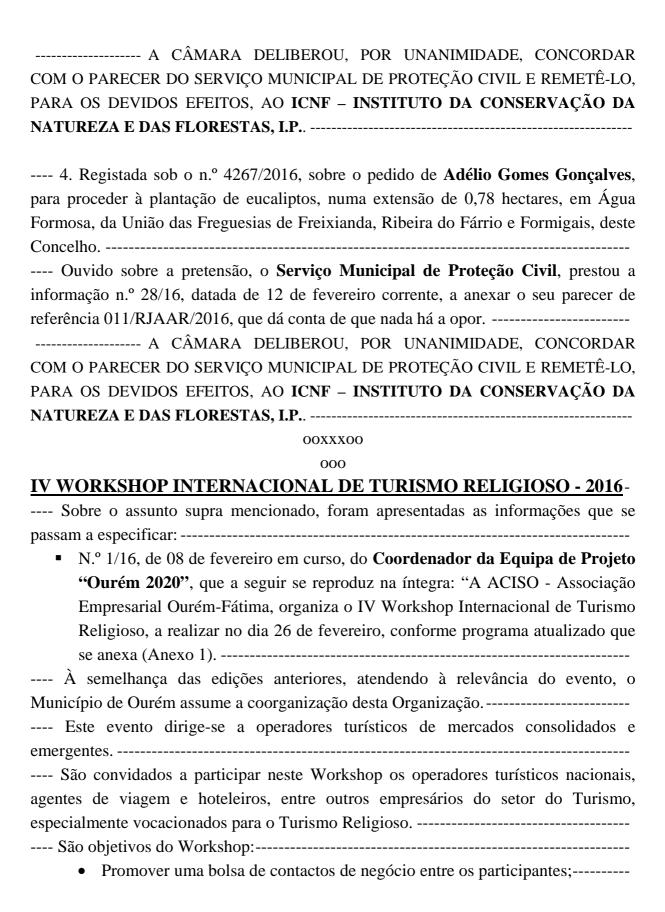






PARA OS DEVIDOS EFEITOS, AO ICNF – INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DAS FLORESTAS, I.P..

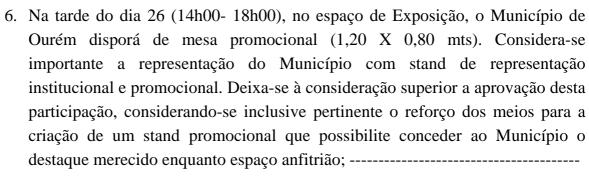






	• Promover internacionalmente Portugal enquanto destino privilegiado de
	Turismo Religioso;
	Reforçar a importância do Turismo Religioso no contexto do setor turístico mundial
<u>Sc</u>	obre a presente edição do Workshop Internacional de Turismo Religioso, expõe-
se o se	eguinte:
1.	Neste momento, decorrem a bom ritmo os contactos com os operadores
	estrangeiros bem como as inscrições dos profissionais portugueses. Constitui objetivo da Organização alcançar 100 operadores estrangeiros e 120
	profissionais portugueses
2.	Conforme expediente anterior (antecedentes supracitados), os Serviços do
	Município têm contribuído para esta organização, assumindo as seguintes
	tarefas:
	Criação da imagem do Workshop;
	• Organização logística da manhã do dia 26/2: cerimónia de abertura e
	seminário; contacto com entidades e oradores; dinamização do espaço - sala;
	• Protocolo - contactos protocolares / institucionais;
	• Transferes aeroporto – Fátima – aeroporto;
	• Jantar oficial e outras refeições;
	Pasta do participante;
	<ul> <li>Espaço de exposição – contacto / inscrições das participações institucionais;</li> <li>Organização dos tours: pré tour (25/2) e post tour (27-2):</li> </ul>
3.	Para este evento o Município endereçou convite de participação às cidades
	parceiras, nomeadamente: Altötting, Mariazell, Aparecida, Ouro Preto,
	Guadalajara de Buga, Teruel, Lourdes, Larantuka, Loreto, Czestochowa,
	Uhersky Brod, Santiago de Compostela e Selçuk
4.	Salienta-se a importância da representação institucional do Município neste
	evento. Assume especial importância a participação do Sr. Presidente na sessão
	de abertura, que contará com a presença da Sra. Secretária de Estado do
	Turismo Ana Mendes Godinho. Deixa-se à v/ consideração a participação
	noutros momentos, nomeadamente no jantar oficial a realizar no dia 26/2 em
	Leiria
5.	A ACISO delegou no Município o envio dos convites institucionais para a
	manhã do dia 26. Deixa-se, pois, à consideração superior o envio de convite ao
	protocolo do Município;

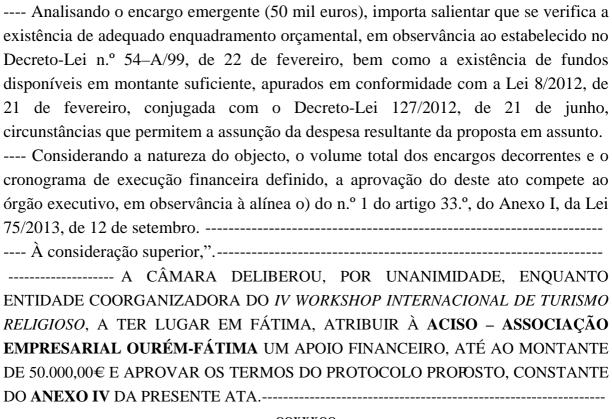




---- <u>Conclusões:</u> -----

- 1. Solicita-se autorização para colaboração dos Serviços no evento e assegurar o apoio técnico acima referenciado;-----
- 2. Reforça-se a necessidade de apoio do RIC (ou outros Serviços que V. Exa. entenda), para a elaboração de stand de representação / promocional do Município;------
- 4. Salienta-se a urgência na decisão do apoio financeiro a conceder à ACISO, uma vez que esta tem compromissos firmados com as companhias aéreas relativas aos bilhetes de avião dos 100 operadores turísticos provenientes de todo o mundo, cujos pagamentos deverão ocorrer antes das datas de viagem.------

---- Deixa-se à consideração superior";-----



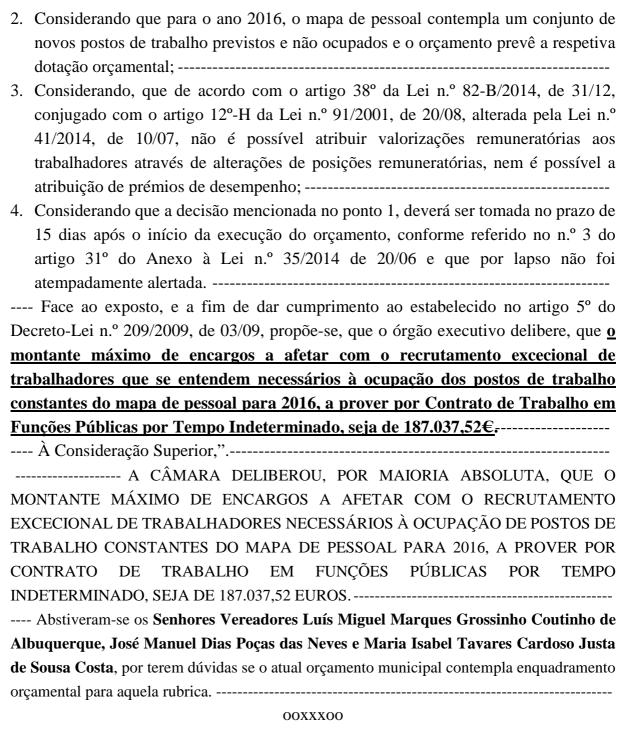
OOXXXOO

000

# AFETAÇÃO DO MONTANTE MÁXIMO DE ENCARGOS COM O RECRUTAMENTO EXCECIONAL DE TRABALHADORES NECESSÁRIOS À OCUPAÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS E NÃO OCUPADOS NO MAPA DE PESSOAL - 2016 -------

- a) Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal aprovado; e/ou ------
- b) Com alterações do posicionamento remuneratórios na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercícios de funções; e ainda,------
- c) Com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores dos órgãos ou serviços;-----





ABERTURA DE PROCEDIMENTOS CONCURSAIS COMUNS PARA ADMISSÃO DE DEZASSEIS TRABALHADORES, DESTINADOS À CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS POR TEMPO INDETERMINADO, PREVISTOS NO MAPA DE PESSOAL PARA 2016, CRIADOS POR INERÊNCIA À



#### <u>DISSOLUÇÃO DA SRUFÁTIMA – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO</u> URBANA DE FÁTIMA, E.M. S.A. ------

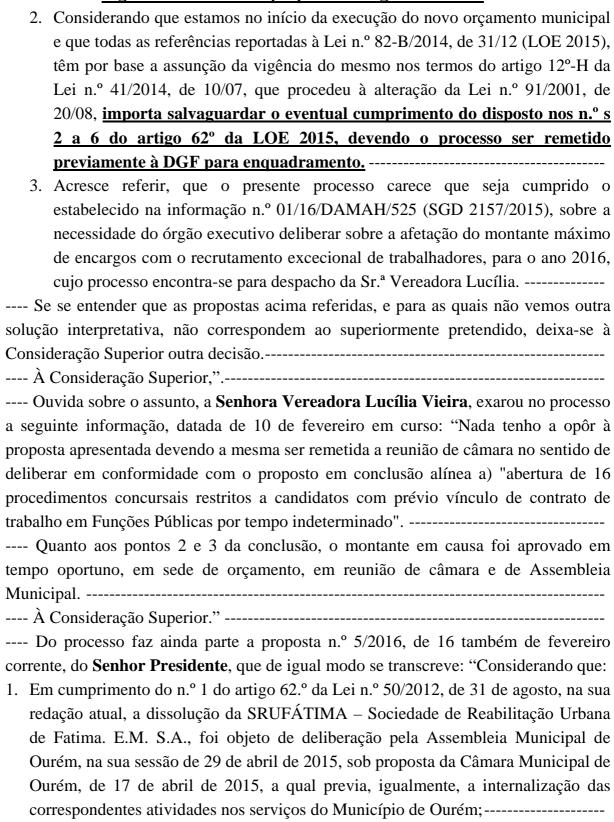
- 1. É nosso entendimento, que o enquadramento legal referido por aquela Sociedade de Advogados é manifestamente insuficiente, para o enquadramento da abertura dos procedimentos concursais pretendidos; ------
- 2. É entendimento dos serviços, que a proposta de abertura de procedimentos concursais em causa, poderá revestir duas modalidades, podendo admitir-se candidatos com vinculo de contrato trabalho em funções publicas por tempo indeterminado ou com vinculo de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo ou incerto ou sem vínculo.-----
- 3. Por conseguinte, importa adoptar dois procedimentos distintos, um em caso dos candidatos deterem vínculo à função pública por tempo indeterminado e outro caso detenham vínculo a termo resolutivo certo/incerto ou ainda sem vínculo;--
- 4. Complementarmente, importa referir, que só é possível dar seguimento ao procedimento concursal após verificados os requisitos acima referidos em matéria de apreciação e aprovação pelos órgãos executivo e deliberativo, porquanto, o aviso do procedimento a publicitar, deverá obrigatoriamente referenciar a data das deliberações tomadas por aqueles órgãos. ------

#### ---- Conclusões: -----

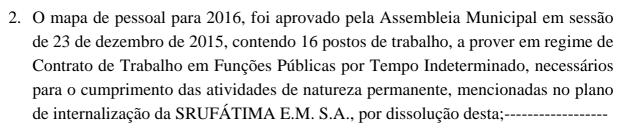
- 1. Face ao exposto, remetem-se em anexo as seguintes propostas alternativas: ----
  - a. Abertura de 16 procedimentos concursais <u>restritos a candidatos com</u> <u>prévio vínculo de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado</u>, <u>sujeito a aprovação pelo órgão executivo</u>; ou ------
  - b. Abertura de 16 procedimentos concursais abertos a candidatos com prévio vínculo de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, salvaguardando que na impossibilidade da ocupação dos postos de trabalho nestes termos, o procedimento poderá ser alargado a candidatos com contrato de trabalho em funções públicas a termo



### resolutivo certo ou Incerto ou sem vínculo, sujeito a aprovação pelo órgão deliberativo sob proposta do órgão executivo.-----



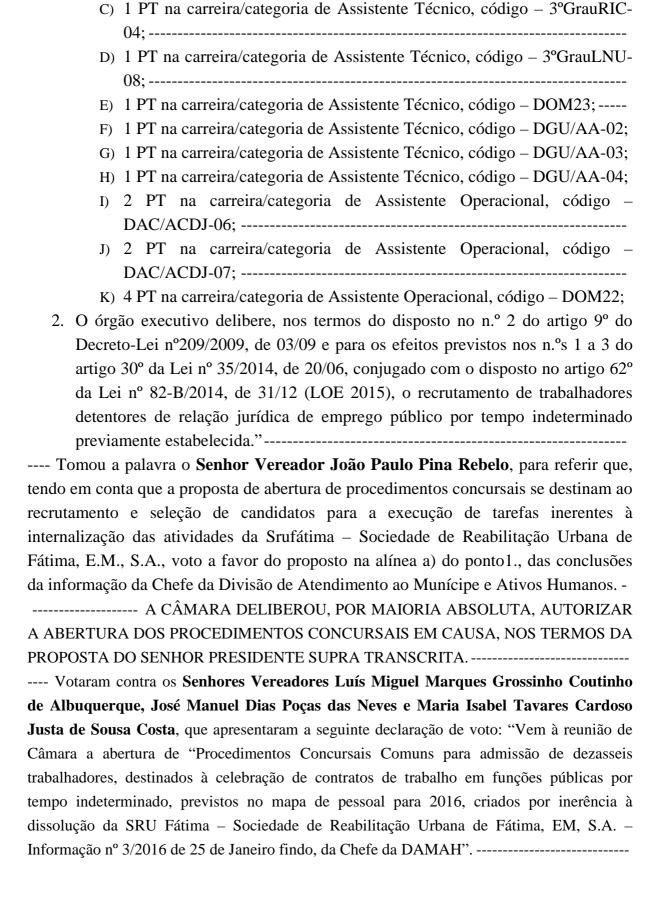




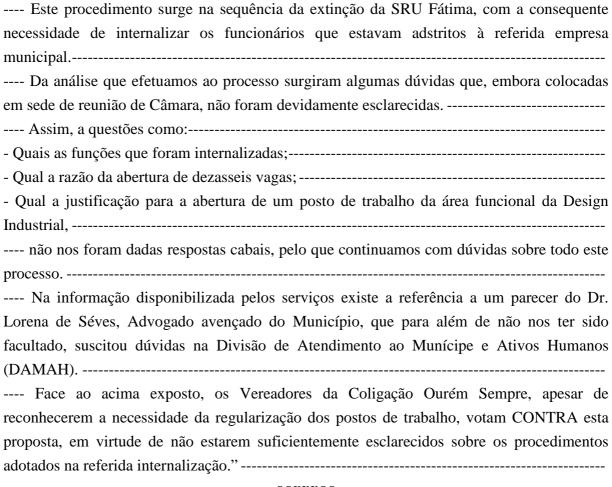
- 4. O n.º 1 do artigo 33º da citada lei, estabelece que o recrutamento seja decidido pelo dirigente máximo do órgão ou serviço, sem prejuízo do disposto do n.º 1 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 03/09, caso em que o recrutamento nas condições previstas nos n.ºs 1 a 3 do artigo 30º do Anexo da Lei n.º 35/2014, de 20/06, na leitura atualista, é precedido de aprovação do órgão executivo; ------
- - 1. O órgão executivo delibere sobre o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de 16 postos de trabalho (PT), abaixo discriminados, criados e não ocupados no mapa de pessoal para 2016, para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, reconhecendo a excecionalidade deste recrutamento por se encontrarem verificados os requisitos dos n.ºs 2 a 6 do artigo 62º da Lei n.º 82-B/2014 de 31/12 (LOE 2015), salientando que a despesa inerente ao preenchimento destes postos de trabalho é enquadrada na alínea c) do n.º 5 do referido artigo 62º verificando-se ainda o cumprimento da
    - A) 1 PT na carreira/categoria de Técnico Superior da área funcional de Engenharia Civil, código DOM-31;-----

alínea d) do n.º 2 do artigo 47º da referida lei: ------

B) 1 PT na carreira/categoria de Técnico Superior da área funcional de Design Industrial, código – SAPC-01; -----





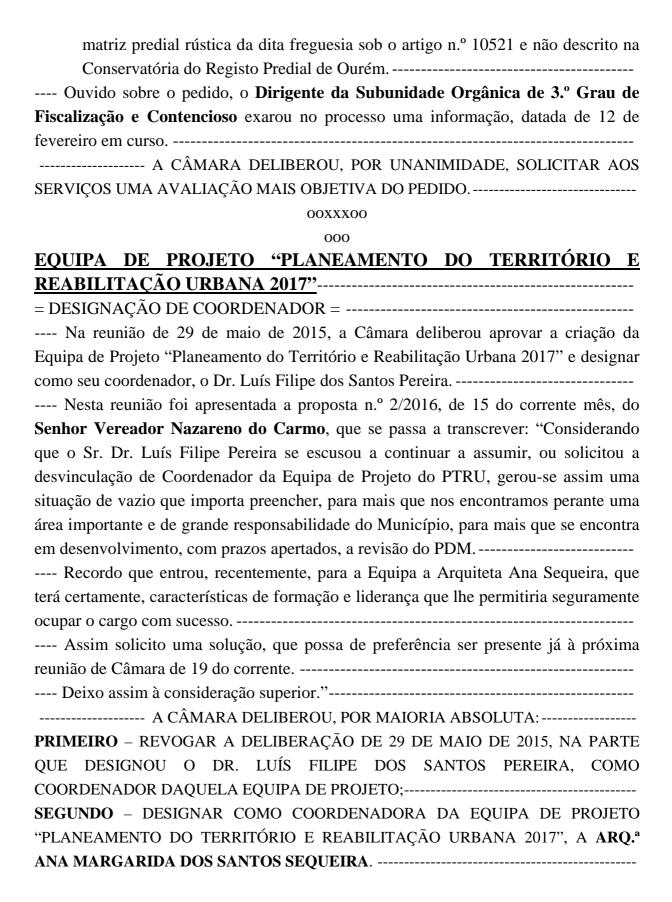


OOXXXOO

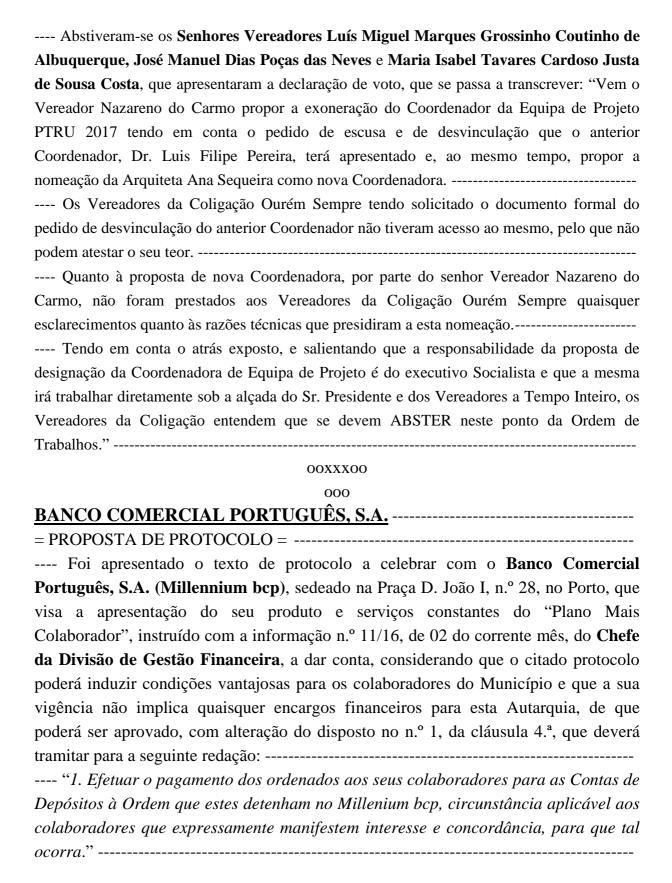
000

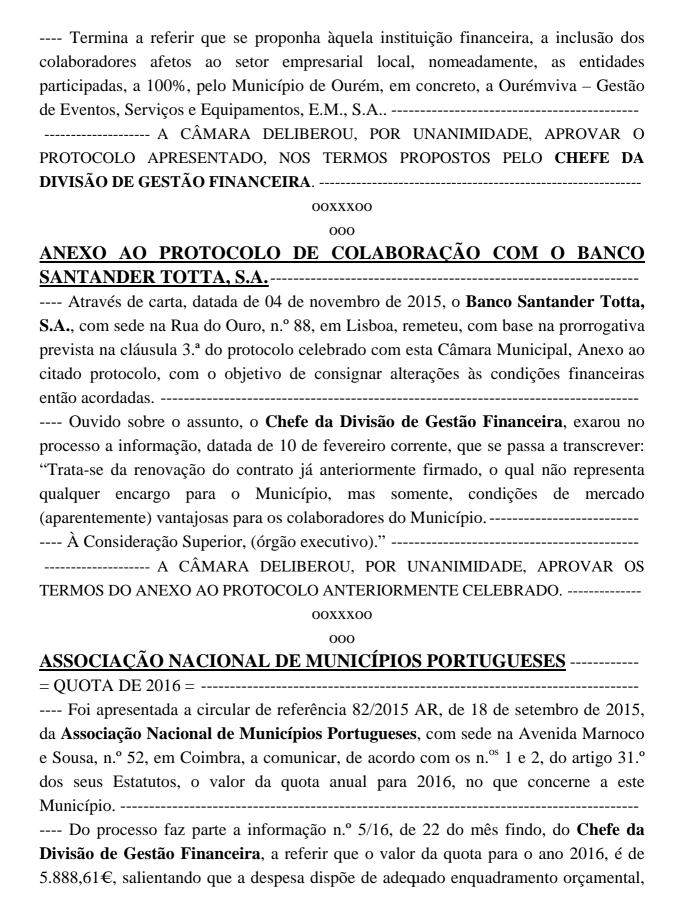
## AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE COMPARTES (LEI N.º 91/95, DE 2 DE SETEMBRO)

- - Prédio rústico, composto por terra de mato, no sítio de Peitos, na localidade de Fazarga, da Freguesia de Fátima, do Concelho de Ourém, com a área de 2500 m², a confrontar a norte com estrada e caminho, a sul com Pedro Pereira, a nascente com estrada e a poente com Pedro Pereira e caminho, inscrito na

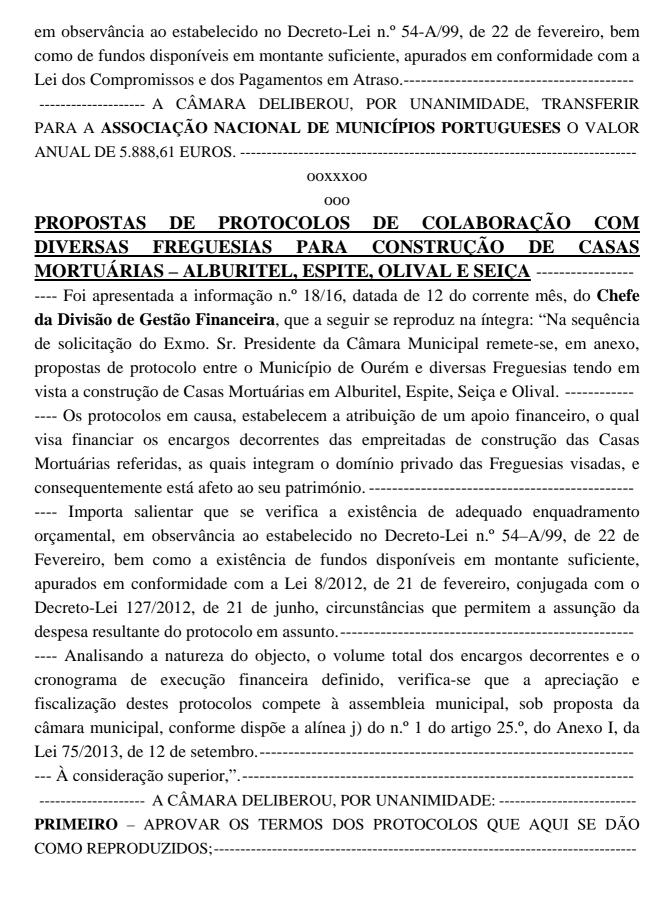














SEGUNDO – SOLICITAR À ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA CCC), DO N.º 1, DO ARTIGO 33.º, DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, AUTORIZAÇÃO PARA APOIAR FINANCEIRAMENTE AQUELAS AUTARQUIAS, ATÉ AOS MONTANTES A SEGUIR INDICADOS, CONFORME O DISPOSTO NA ALÍNEA J), DO N.º 1, DO ARTIGO 25.º, DO MESMO DIPLOMA: ------

- FREGUESIA DE ALBURITEL 52.947,00€; ----- FREGUESIA DE ESPITE 105.523,00€; ------
- ➤ FREGUESIA DE OLIVAL 130.000,00€; -----
- ➤ FREGUESIA DE SEIÇA 130.000,00€.-----

OOXXXOO

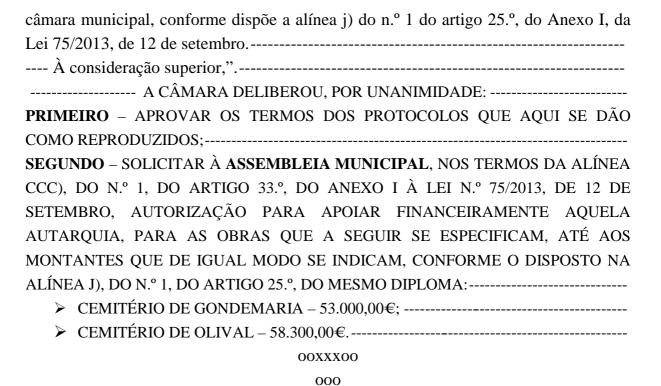
000

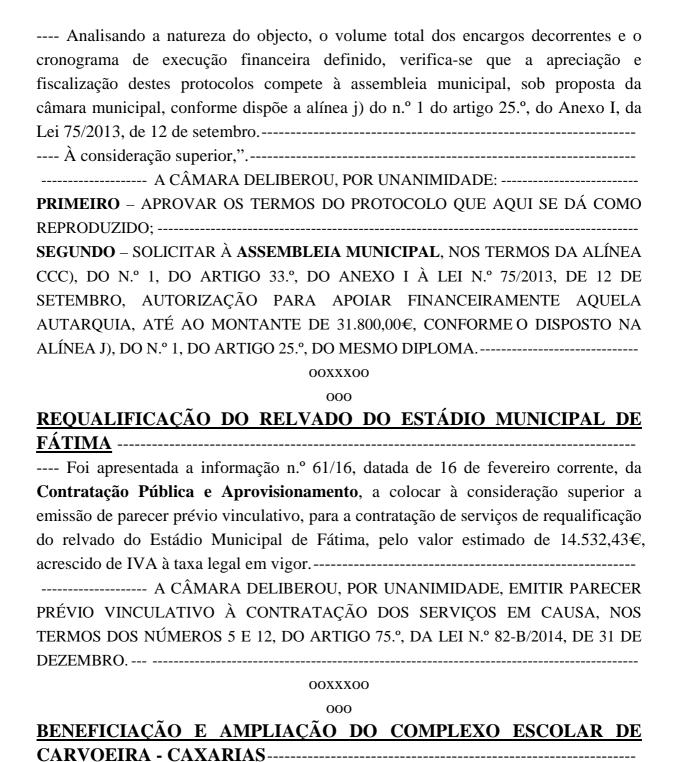
## PROPOSTAS DE PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO COM A UNIÃO DAS FREGUESIAS DE GONDEMARIA E OLIVAL PARA REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS CEMITÉRIOS DE GONDEMARIA E DE OLIVAL -----

---- Importa salientar que se verifica a existência de adequado enquadramento orçamental, em observância ao estabelecido no Decreto-Lei n.º 54–A/99, de 22 de Fevereiro, bem como a existência de fundos disponíveis em montante suficiente, apurados em conformidade com a Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, conjugada com o Decreto-Lei 127/2012, de 21 de junho, circunstâncias que permitem a assunção da despesa resultante do protocolo em assunto.------

---- Analisando a natureza do objecto, o volume total dos encargos decorrentes e o cronograma de execução financeira definido, verifica-se que a apreciação e fiscalização destes protocolos compete à assembleia municipal, sob proposta da

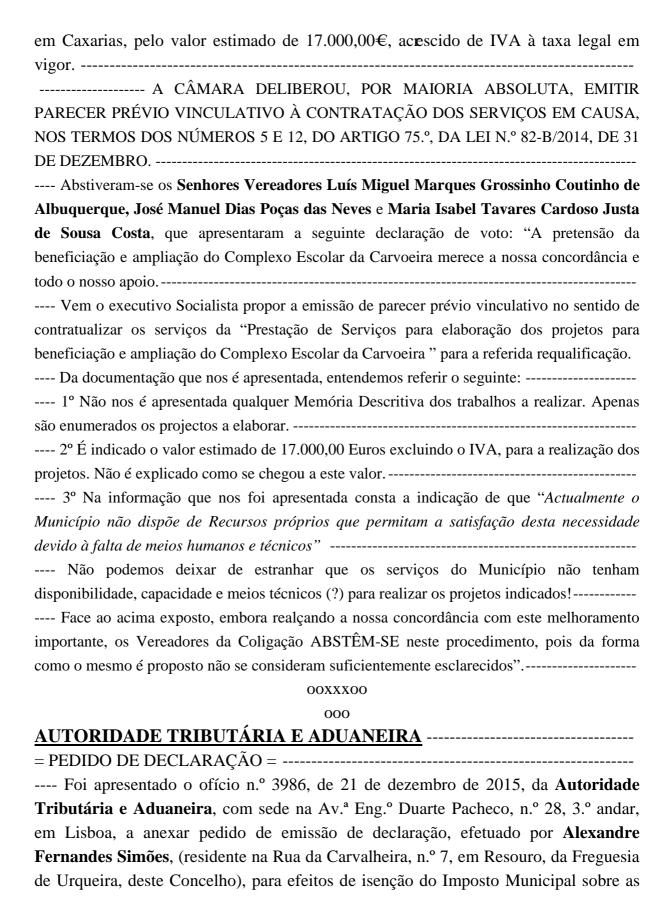






emissão de parecer prévio vinculativo, para a contratação de serviços de elaboração de projetos referentes à beneficiação e ampliação do Complexo Escolar de Carvoeira, sito







000

## <u>RECUPERAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE CAMINHOS DIVERSOS – BENEFICIAÇÃO DA REDE VIÁRIA – FREGUESIA DE FREIXIANDA</u> -

ooxxxoo

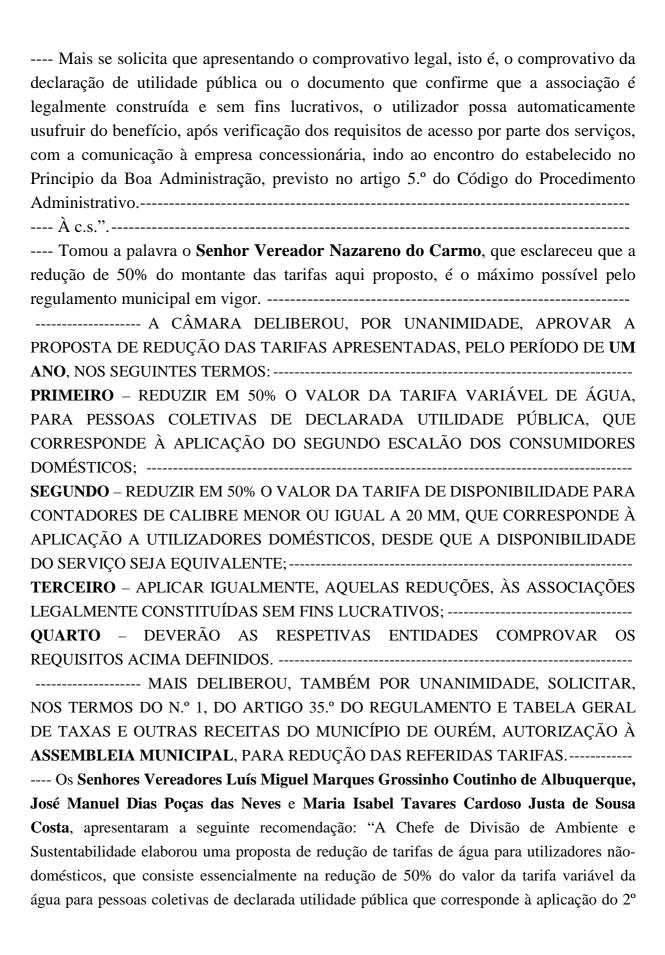


TARIFÁRIO DE VENDA DE ÁGUA
= 1. PROPOSTA DE REDUÇÃO DE TARIFAS PARA UTILIZADORES NÃO
DOMÉSTICOS =
Sobre o assunto designado em epígrafe, a Chefe da Divisão de Ambiente e
Sustentabilidade prestou a sua informação n.º 60/16, datada de 03 de fevereiro
corrente, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra:
"1. Enquadramento:
A nova estrutura do tarifário de venda de água foi definida tendo em consideração
as recomendações da entidade reguladora do setor, a ERSAR, tendo sido previsto no
tarifário, um regime especial para tarifário social e outro para famílias numerosas
Os regimes especiais dos tarifários sociais e para famílias numerosas estão
definidos pela ERSAR, por uma questão de normalização de regras a nível nacional,
sendo que, para o concelho de Ourém foram propostas as suas regras de atribuição e
procedimento de autorização (informação da DAS n.º 749/2015), tendo a Câmara
Municipal deliberado por unanimidade concordar com a proposta, em reunião de 20 de
novembro de 2015
Contudo, urge implementar as medidas referidas para os utilizadores domésticos e
também para os <u>não domésticos</u> , antes da entrada em vigor do regulamento do serviço
de águas
2. Regras de Atribuição da Tarifa Social para Utilizadores Não Domésticos
2. Regras de Atribuição da Tarifa Social para Utilizadores Não Domésticos (Proposta)
(Proposta)
( <b>Proposta</b> ) Propõe-se o seguinte tarifário social (não doméstico), tendo em consideração as
( <b>Proposta</b> )
( <b>Proposta</b> )
(Proposta) Propõe-se o seguinte tarifário social (não doméstico), tendo em consideração as recomendações tarifárias, o estabelecido no regulamento tarifário da água (proposta da ERSAR) e a incidência referida no "Regulamento de Gestão de Resíduos Urbanos, Higiene, Limpeza e Imagem do Concelho de Ourém" para os resíduos:
(Proposta) Propõe-se o seguinte tarifário social (não doméstico), tendo em consideração as recomendações tarifárias, o estabelecido no regulamento tarifário da água (proposta da ERSAR) e a incidência referida no "Regulamento de Gestão de Resíduos Urbanos, Higiene, Limpeza e Imagem do Concelho de Ourém" para os resíduos:
(Proposta) Propõe-se o seguinte tarifário social (não doméstico), tendo em consideração as recomendações tarifárias, o estabelecido no regulamento tarifário da água (proposta da ERSAR) e a incidência referida no "Regulamento de Gestão de Resíduos Urbanos, Higiene, Limpeza e Imagem do Concelho de Ourém" para os resíduos:
(Proposta) Propõe-se o seguinte tarifário social (não doméstico), tendo em consideração as recomendações tarifárias, o estabelecido no regulamento tarifário da água (proposta da ERSAR) e a incidência referida no "Regulamento de Gestão de Resíduos Urbanos, Higiene, Limpeza e Imagem do Concelho de Ourém" para os resíduos:
(Proposta) Propõe-se o seguinte tarifário social (não doméstico), tendo em consideração as recomendações tarifárias, o estabelecido no regulamento tarifário da água (proposta da ERSAR) e a incidência referida no "Regulamento de Gestão de Resíduos Urbanos, Higiene, Limpeza e Imagem do Concelho de Ourém" para os resíduos:
(Proposta) Propõe-se o seguinte tarifário social (não doméstico), tendo em consideração as recomendações tarifárias, o estabelecido no regulamento tarifário da água (proposta da ERSAR) e a incidência referida no "Regulamento de Gestão de Resíduos Urbanos, Higiene, Limpeza e Imagem do Concelho de Ourém" para os resíduos:
(Proposta) Propõe-se o seguinte tarifário social (não doméstico), tendo em consideração as recomendações tarifárias, o estabelecido no regulamento tarifário da água (proposta da ERSAR) e a incidência referida no "Regulamento de Gestão de Resíduos Urbanos, Higiene, Limpeza e Imagem do Concelho de Ourém" para os resíduos:
(Proposta) Propõe-se o seguinte tarifário social (não doméstico), tendo em consideração as recomendações tarifárias, o estabelecido no regulamento tarifário da água (proposta da ERSAR) e a incidência referida no "Regulamento de Gestão de Resíduos Urbanos, Higiene, Limpeza e Imagem do Concelho de Ourém" para os resíduos:
(Proposta) Propõe-se o seguinte tarifário social (não doméstico), tendo em consideração as recomendações tarifárias, o estabelecido no regulamento tarifário da água (proposta da ERSAR) e a incidência referida no "Regulamento de Gestão de Resíduos Urbanos, Higiene, Limpeza e Imagem do Concelho de Ourém" para os resíduos:



correspondente à diferença entre o valor da faturação que resultaria da aplicação do tarifário base e o resultante da aplicação do tarifário social (excedente de 120 mil \_\_\_\_\_ ---- 3. Enquadramento Regulamentar--------- O Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, Edital n.º 187/2010, publicado no DR em 9 de março de 2010 prevê no n.º 1, do artigo 35.º (Reduções) que a Câmara Municipal por sua iniciativa poderá propor à Assembleia Municipal reduzir até 50% dos montantes das taxas ou outras receitas municipais previstos no regulamento, devendo observar o disposto n.º 2 e 3 do 12.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro. --------- O tarifário referente ao "Abastecimento Público de Água" está previsto no Capitulo XVIII, do Anexo I, da Tabela Geral.--------- No que diz respeito à tarifa variável, a utilização do 2.º escalão aplicável a utilizadores domésticos, corresponde a uma redução de 50% (enquadrável no n.º 1, do artigo 35.°). --------- Em relação à tarifa de disponibilidade, a redução pode variar consoante os contadores existentes: ------ Contadores calibre <= 20 mm - Ocorre uma redução de 50% (enquadrável no n.° 1, do artigo 35.°); ------- Contadores calibre > 20 mm e < 50 mm - Ocorre uma redução superior a 50% (não enquadrável no n.º 1, do artigo 35.º). ---------- 3. Conclusão: --------- Face ao referido, submete-se a seguinte proposta à consideração superior, nos termos do n.º 1, do artigo 35.º, do Regulamento e Tabela Geral de Taxas e Outras Receitas do Município de Ourém, por um período de um ano, que consiste na:------ Redução de 50% do valor da tarifa variável da água, para pessoas coletivas de declarada utilidade pública, que corresponde à aplicação do 2.º escalão dos consumidores domésticos;------- Redução de 50% do valor da tarifa de disponibilidade para contadores calibre <= 20 mm, que corresponde à aplicação do valor dos utilizadores domésticos, desde que a disponibilidade do serviço seja equivalente.--------- Uma vez que no concelho de Ourém existem muitas associações que têm um papel muito importante na sociedade, propõe-se ainda que as reduções acima referidas incidam também sobre as associações que sejam legalmente constituídas e que sejam sem fins lucrativos. -----





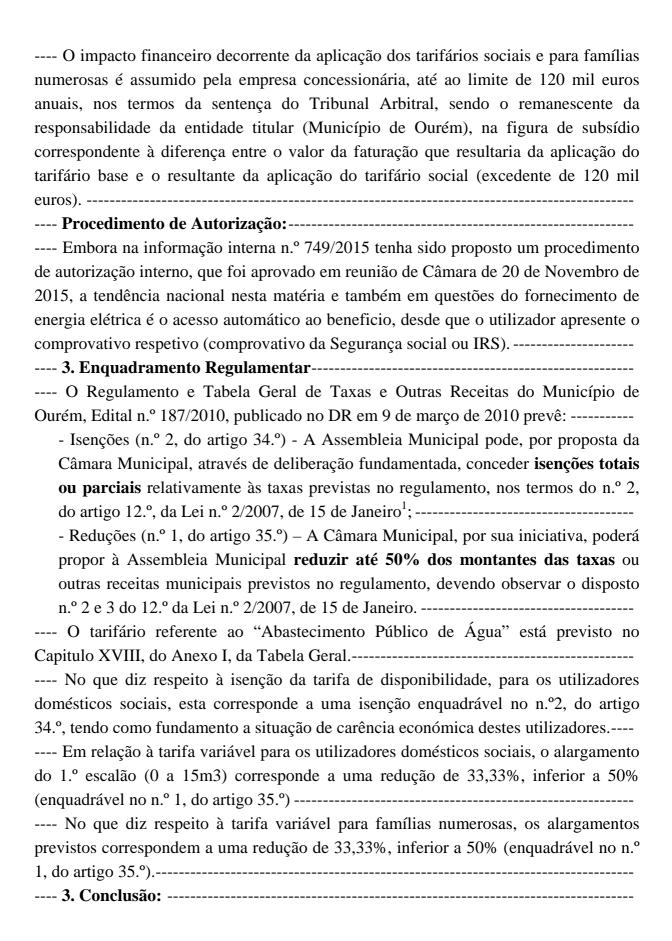


escalão dos consumidores domésticos e redução de 50% do valor da tarifa de disponibilidade para contadores de calibre 20mm, que corresponde à aplicação do valor dos utilizadores domésticos, desde que a disponibilidade do serviço seja equivalente.--------- Esta proposta surge na sequência de reclamações apresentadas por diversas entidades, nomeadamente IPSS e Associações com o Estatuto de Utilidade Pública que, com a entrada em vigor do novo tarifário viram o M3 da água que pagam passar de 0,5088 para 2,0567 o que representa um aumento de cerca de 300%. --------- Também a tarifa de disponibilidade aumentou, para estas entidades de forma significativa, passando de 3,53 Euros para 10,3852 Euros, o que representa um aumento de cerca de 194.20%--------- Os Vereadores da Coligação Ourém Sempre foram alertados para esta situação e, tendo em conta o serviço social e público que estas associações prestam, entendem o seguinte:--------- 1º Mesmo com a redução agora proposta as entidades acima identificadas têm um aumento no consumo de água em cerca de 100% por M3, sendo que o aumento do valor da tarifa de disponibilidade é de cerca de 47%. --------- 2º O impacto financeiro desta medida é suportado pela concessionária até ao montante de 120 Mil Euros, pelo que o Município, até esse montante não terá qualquer aumento de custos. ---- 3º Não se entende por isso a razão desta proposta só agora ter sido apresentada, pois como o processo de renegociação se arrastou durante largos meses, houve tempo mais do que suficiente para que o agora proposto tivesse entrado em vigor em simultâneo com o novo tarifário, de forma a não onerar os orçamentos destas entidades. ---------- 4º A redução agora proposta é a máxima que se pode aprovar nestes termos, sendo que só após a aprovação do novo regulamento do serviço de águas, que segundo informação do executivo poderá demorar cerca de um ano, é que o valor se pode aproximar do que estas entidades pagavam antes da entrada em vigor deste novo tarifário. ---------- Face ao acima exposto, os Vereadores da Coligação Ourém Sempre, RECOMENDAM que o executivo Socialista possa trazer á reunião de Câmara a proposta de novo Regulamento do Serviço de Águas o mais rápido possível, para que as entidades que prestam serviços de apoio social, cultural e desportivo, possam usufruir de um tarifário mais equilibrado no seu consumo de água." -----2. PROPOSTA DE REDUÇÃO DE TARIFAS PARA UTILIZADORES DOMÉSTICOS =--------- A Chefe da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade prestou a sua informação n.º 68/16, de 03 de fevereiro em curso, que na presente reunião foi apreciada e que a seguir se reproduz na íntegra: "1. Enquadramento: ------

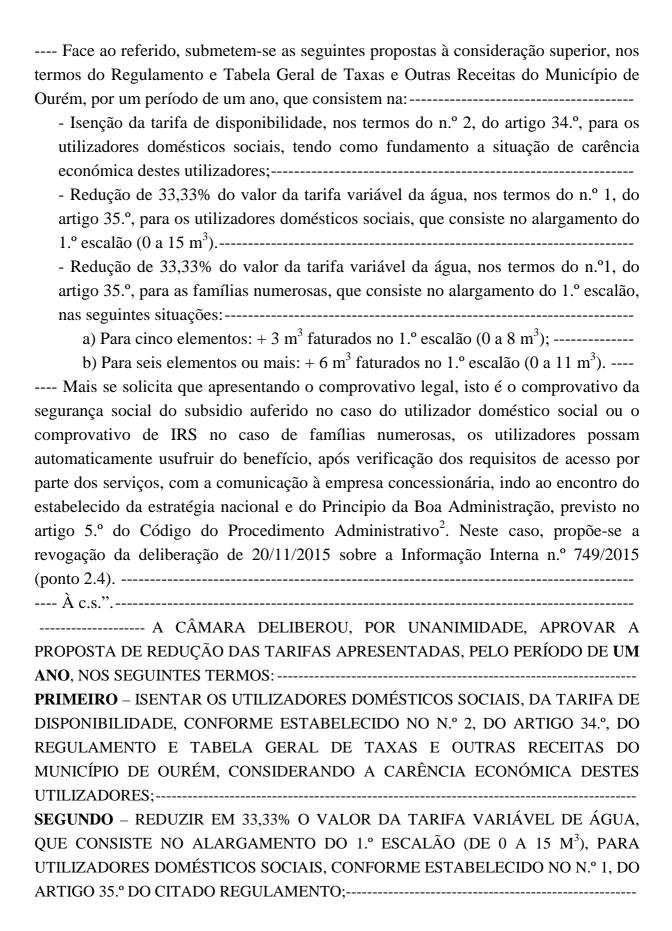


A nova estrutura do tarifário de venda de água foi definida tendo em consideração
as recomendações da entidade reguladora do setor, a ERSAR, tendo sido previsto no
tarifário, um regime especial para tarifário social e outro para famílias numerosas
Os regimes especiais dos tarifários sociais e para famílias numerosas estão
definidos pela ERSAR, por uma questão de normalização de regras a nível nacional,
sendo que, para o concelho de Ourém foram propostas as suas regras de atribuição e
procedimento de autorização (informação da DAS n.º 749/2015), tendo a Câmara
Municipal deliberado por unanimidade concordar com a proposta, em reunião de 20 de
novembro de 2015
Contudo, urge implementar as medidas referidas para os utilizadores domésticos e
também para os não domésticos, antes da entrada em vigor do regulamento do serviço
de águas.
2. Regras de Atribuição da Tarifa Social e para Famílias Numerosas
As regras de atribuição da tarifa social para utilizadores domésticos e para famílias
numerosas foram aprovadas em reunião de 20 de novembro de 2015, sendo
basicamente as seguintes:
Tarifário Social – Utilizador doméstico:
<u>Incidência:</u> Utilizadores Domésticos numa situação de carência económica
comprovada pelo sistema de segurança social, isto é, o beneficio de pelo menos uma
das seguintes prestações sociais:
a) Complemento Solidário para Idosos;
b) Rendimento Social de Inserção;
c) Subsídio Social de Desemprego;
d) 1.º Escalão do Abono de Família;
e) Pensão Social de Invalidez
Regras de Aplicação: Isenção das tarifas de disponibilidade e alargamento do 1.º
escalão (0 a 15m3)
Tarifário Para Famílias Numerosas:
<u>Incidência:</u> Utilizadores Domésticos cuja composição do agregado familiar
ultrapasse quatro elementos (todos os residentes com domicílio fiscal na habitação
servida)
Regras de Aplicação: Alargamento dos escalões da tarifa variável por cada
membro do agregado familiar que ultrapasse os quatro elementos, do seguinte modo: -
a) Para cinco elementos: + 3 m3 faturados no 1.º escalão (0 a 8 m3);
b) Para seis elementos ou mais: + 6 m3 faturados no 1.º escalão (0 a 11 m3)
Impacto Financeiro:

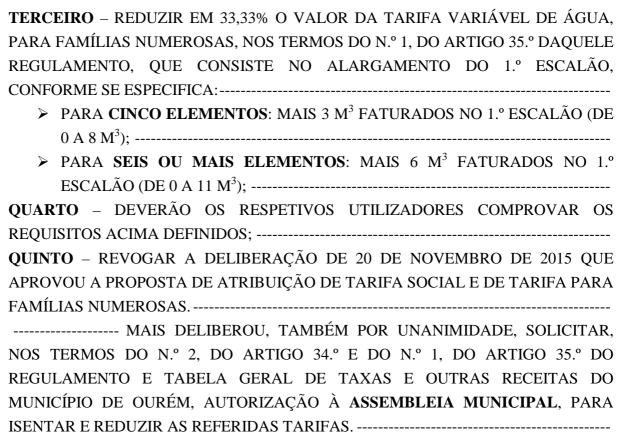










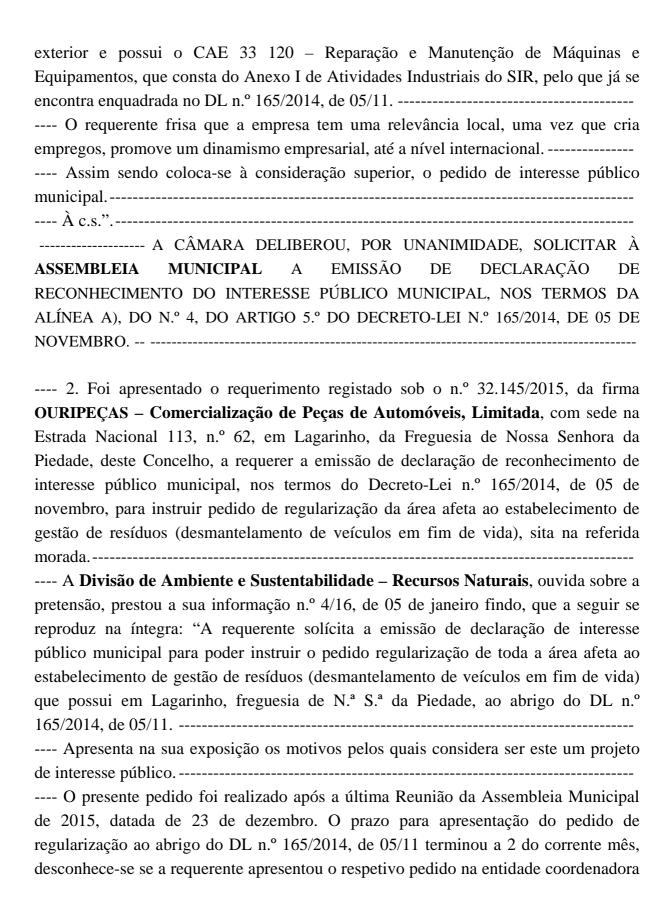


ooxxxoo

000

### PEDIDOS DE DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL -----







encaminhado para reunirão do Grupo de Trabalho criado ao abrigo do art.º 98.º do referido Plano. No entanto, existem construções posteriores a essa data que não se





Limite a verde – área do pedido de reconhecimento de interesse público municipal (fotografia aérea datada de 2013; s/ escala)

<u>Polígono rosa</u> – Edificado a regularizar através do processo n.º 112/2015 <u>Círculos a vermelho</u> – Edificado construído após a entrada em vigor do PDM

---- A requerente apresenta na folha n.º 14 a área/construções que pretende regularizar.

---- A requerente possui licença para a realização de operações de gestão de resíduos (desmantelamento de veículos em fim de vida) válida até outubro de 2019 (folha 15).

---- ANÁLISE:-----

---- O estabelecimento encontra-se inserido em Espaço Urbano Nível 3 no Plano Diretor Municipal e é atravessado por uma linha de água: -----

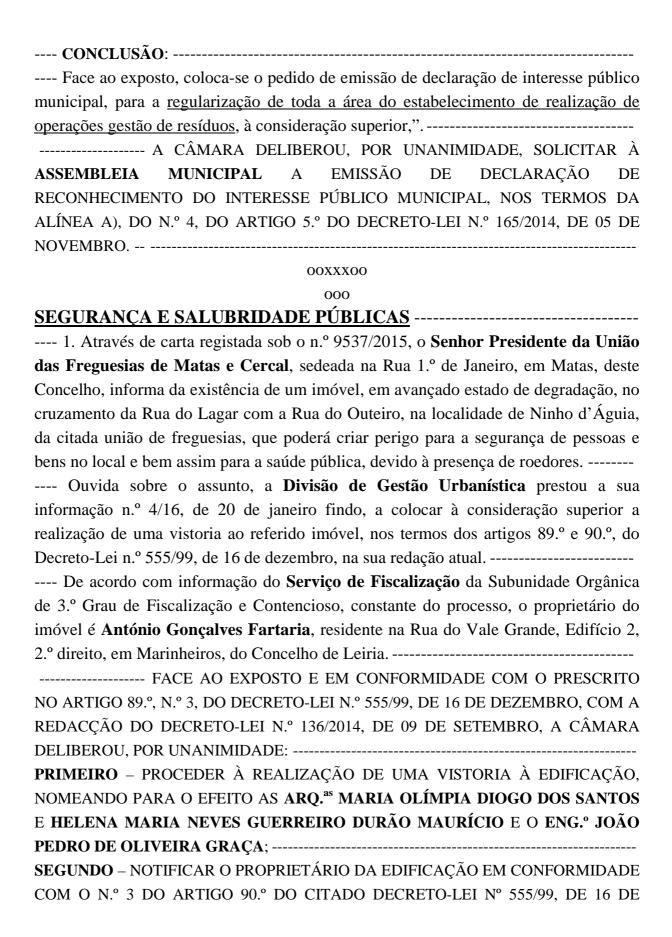


Limite a vermelho – área do pedido de reconhecimento de interesse público municipal (extrato do PDM sobre a fotografia aérea datada de 2013: s/escala)

- Espaço Urbano Nível

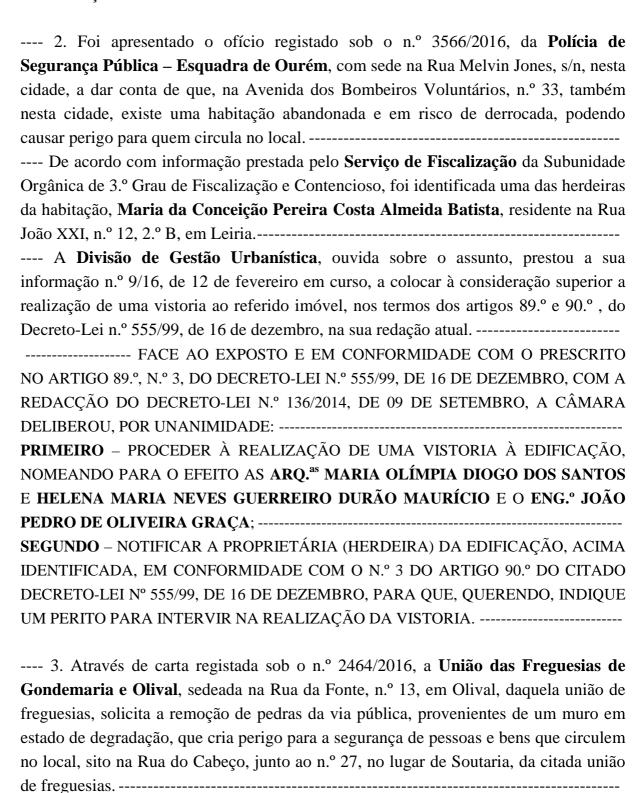
Linha azul – Linha de água



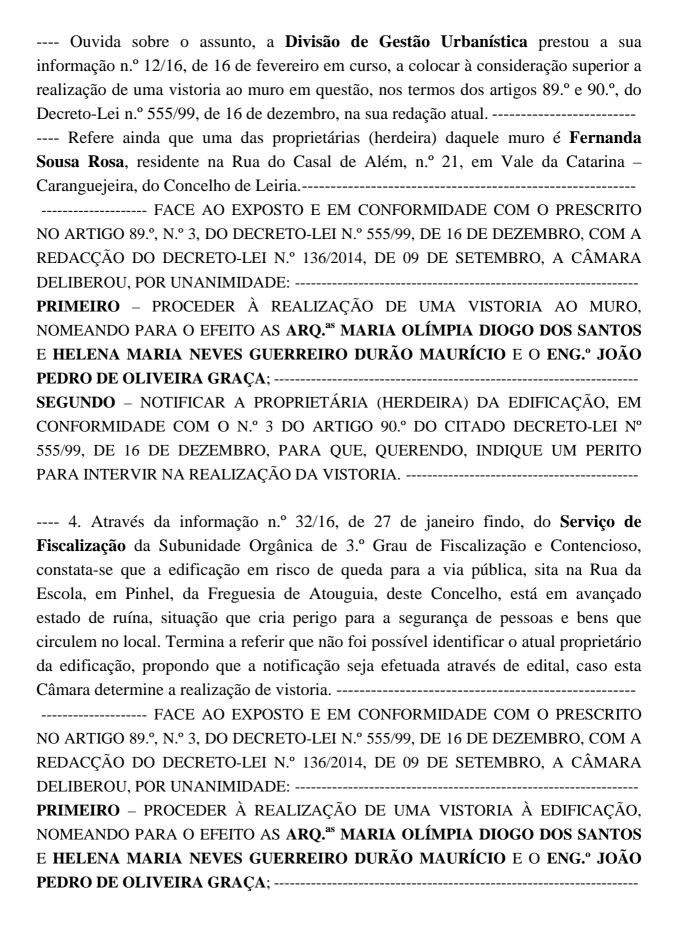




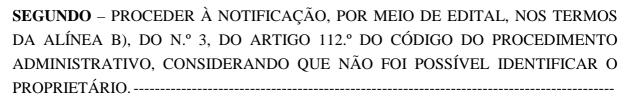
DEZEMBRO, PARA QUE, QUERENDO, INDIQUE UM PERITO PARA INTERVIR NA REALIZAÇÃO DA VISTORIA.











OOXXXOO

000

### LICENCIAMENTO DE OBRA PARTICULAR -----

---- Foi apresentado o processo registado sob o n.º 199/2015 (construção de uma moradia unifamiliar, no lugar de Gabriéis, da Freguesia de Atouguia, deste Concelho), de que é titular FÁBIO ANDRÉ DOS REIS HENRIQUES, residente na Rua dos Gabriéis, n.º 555, no dito lugar e freguesia, deferido por despacho, datado de 22 de janeiro de 2016, da Senhora Vereadora Lucília Vieira, acompanhado da informação n.º 4/16, de 08 de fevereiro em curso, da **Divisão de Gestão Urbanística**, que se passa a transcrever: "A taxa aplicada relativamente ao "Cálculo das taxas para realização, reforço e manutenção de Infra-estruturas, foi calculada sob "Operações de loteamentos, obras de impacte semelhante a operações de loteamento, obras de construção, ampliação, alteração e alteração de uso" (450,79€), quando deveria ser em "Construção/ampliação de moradias unifamiliares em área não abrangida por operações de loteamento, impacte semelhante a loteamento ou alvará de obras de urbanização (redução de 50% nos termos do nº 3 do art. 22º)" (**225,40€**) ---------- O requerente solicitou a emissão do alvará de obras a 29/01/2016, tendo pago a importância de 1.093,34€ no entanto e face ao acima exposto o valor deverá ser de 867,95€, pelo que se propõe a devolução da diferença, ou seja **225,39** € --------- À consideração superior,".----------A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DEVOLVER A **FÁBIO ANDRÉ DOS REIS HENRIQUES**, A IMPORTÂNCIA DE **225,39€** PAGA INDEVIDAMENTE. CONFORME REFERIDO NA INFORMAÇÃO ACIMA TRANSCRITA.- ------

OOXXXOO

000

### AÇÃO SOCIAL ESCOLAR -----

= COMPARTICIPAÇÃO NO CUSTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES = -----

---- Relativamente ao assunto supra mencionado, foi apresentada a informação n.º 5, de 06 de janeiro findo, da **Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais** a propor, no âmbito do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos Alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, a comparticipação desta



Autarquia, nos custos das refeições de três menores, conforme tabela a seguir transcrita, com retroativos à data dos respetivos pedidos: ------

Nº	Aluno	Estabelecimento Escolar	Entidade que presta refeição escolar	Data do pedido	Proposta de escalão
1	Raquel Pereira Marcelino	Centro Escolar Misericórdias	Centro Social Lagoa Espirito Santo	01-12-2015	A
2	Tomás Rafael Costa Fonseca	EB1 Moita Redonda	Fundação Obra Nossa Senhora da Purificação	15-12-2015	В
3	Ana Luisa Silva Lopes	CE Cova da Iria	Fundação Obra Nossa Senhora da Purificação	15-12-2015	A

ACIDENTE DE VIAÇÃO -----

= PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO = -----

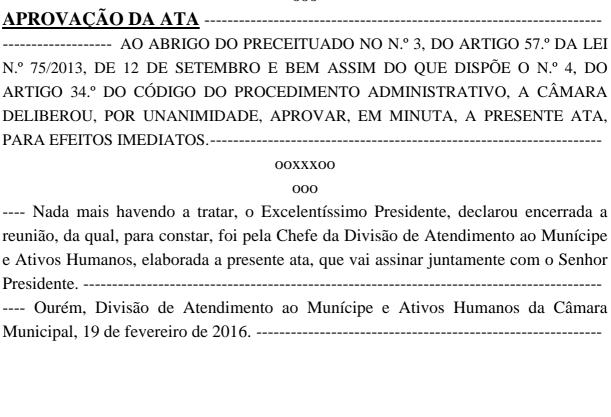
---- Na presença do requerimento registado sob o n.º 11.280/2015, de Pedro da Silva Graça, residente na Avenida 21 de Junho, n.º 1, 1.º direito, em Chã, da Freguesia de Caxarias, deste Concelho, a solicitar o pagamento da importância de 1.276,87€, referente aos danos causados no veículo, sua propriedade, de matrícula 95-PN-39, marca BMW, modelo 335 D, em consequência do acidente de viação ocorrido no dia 02 de maio de 2015, quando circulava na Avenida D. Nuno Álvares Pereira, nesta Cidade, junto ao cruzamento com a Rua da Olaria, na reunião de 18 de dezembro de 2015, em face da informação então prestada pelo Serviço de Contencioso da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso, a referir que não se afigura estarem reunidos todos os requisitos legais para acionar a responsabilidade civil extracontratual do Município, a Câmara deliberou informar o requerente de que tencionava indeferir o pedido e ainda de que poderia, no prazo máximo de 10 dias, nos termos dos artigos 121.º e 122.º do Código do Procedimento Administrativo, pronunciar-se sobre a eventualidade de tal decisão. --------- Ao tomar conhecimento do teor daquela deliberação, o munícipe interessado apresentou uma exposição, registada sob o n.º 1864/2016, a prestar os esclarecimentos que considera pertinentes ao deferimento da sua pretensão.--------- Do processo faz também parte a informação n.º 12/16, datada de 03 de fevereiro em curso, do Serviço de Contencioso da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso, a dar conta de que se mantém o teor desfavorável da sua anterior informação. -----

------ A CÂMARA DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, INDEFERIR O



#### OOXXXOO

000



O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

A CHEFE DA DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS,



# ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 19/02/2016

= PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" – ARTIGO 52.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO

### 1. PRESIDÊNCIA

### 1.1. COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- = Da aprovação dos projetos de licenças para construção, reedificação ou conservação sobre os quais despachou em conformidade com a delegação de competências, efetuada em reunião de 2015.05.29;
- = Da aprovação de licenças em processos com competência delegada ao abrigo do n.º 1, do artigo 34.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- = Pagamentos.

### 1.2. SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL

- = Autorização prévia para ações de (re)arborização:
  - 1. Carta registada sob o n.º 4263/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Maria Margarida Jorge Carvalho Marques;
  - 2. Carta registada sob o n.º 4264/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Alice da Silva Antunes Freitas;
  - 3. Carta registada sob o n.º 4266/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Alexandre Miguel dos Santos Antunes;
  - 4. Carta registada sob o n.º 4267/2016, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., sobre pedido de Adélio Gomes Gonçalves.

### 2. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO MUNÍCIPE E ATIVOS HUMANOS

- = Afetação do montante máximo de encargos com o recrutamento excecional de trabalhadores necessários à ocupação dos postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal 2016 Informação n.º 1/16, de 22 do mês findo, da Chefe da Divisão de Atendimento ao Munícipe e Ativos Humanos (DAMAH);
- = Abertura de procedimentos concursais comuns para admissão de dezasseis trabalhadores, destinados à celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, previstos no mapa de pessoal para 2016, criados por inerência à dissolução da Srufátima Sociedade de Reabilitação Urbana de Fátima, E.M., S.A. Informação n.º 3/16, de 25 de janeiro findo, da Chefe da DAMAH.

### 2.1. SECÇÃO DE EXPEDIENTE

= Ampliação do número de compartes – Requerimento registado sob o n.º 4498/2016, de Esmeralda de Oliveira Rodrigues Pena Caetano Pereira, sobre prédio sito em Fazarga, da Freguesia de Fátima.



## 2.2. SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA NO TRABALHO

= Equipa de Projeto "Planeamento do Território e Reabilitação Urbana 2017" – Designação de Coordenador – Proposta n.º 2/16, datada de 15 do corrente mês, do Senhor Vereador Nazareno do Carmo.

### 3. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

- = Banco Comercial Português, S.A. Proposta de protocolo Informação n.º 11/16, de 02 de fevereiro corrente, do Chefe da Divisão de Gestão Financeira (DGF);
- = Anexo ao protocolo de colaboração com o Banco Santander Totta, S.A. Carta, datada de 04 de novembro de 2015, da instituição financeira;
- = Associação Nacional de Municípios Portugueses Quota de 2016 Circular de referência 82/2015 AR, datada de 18 de setembro de 2015, da associação;
- = Propostas de protocolos de cooperação com diversas Freguesias para construção de Casas Mortuárias Alburitel, Espite, Olival e Seiça Informação n.º 18/16, de 12 do corrente mês, do Chefe da DGF;
- = Propostas de protocolos de colaboração com a União das Freguesias de Gondemaria e Olival para requalificação e ampliação dos Cemitérios de Gondemaria e de Olival Informação n.º 19/16, de 12 de fevereiro em curso, do Chefe da DGF;
- = Proposta de protocolo de colaboração com a Freguesia de Espite para construção de espaço público de homenagem a Vítor Manuel das Neves Malho Informação n.º 20/16, de 12 de fevereiro em curso, do Chefe da DGF.

### 3.1. CONTRATAÇÃO PÚBLICA E APROVISIONAMENTO

- = Requalificação do relvado do Estádio Municipal de Fátima Informação n.º61/16, datada de 16 de fevereiro corrente, da Contratação Pública e Aprovisionamento (CPA);
- = Beneficiação e ampliação do Complexo Escolar de Carvoeira Caxarias Prestação de serviços de elaboração de projetos Informação n.º 57/16, datada de 10 do corrente mês, da CPA.

### 3.2. PATRIMÓNIO E NOTARIADO

= Autoridade Tributária e Aduaneira – Pedido de declaração – Ofício n.º 3986, de 21 de dezembro de 2015, daquela entidade.

### 4. DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS

= Recuperação e beneficiação de caminhos diversos – Beneficiação da rede viária – Freguesia de Freixianda – Libertação de garantia bancária – Informação n.º 30/16, datada de 21 do mês findo, da Divisão de Obras Municipais.

### 5. DIVISÃO DE AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

- = Tarifário de venda de água:
  - Proposta de redução de tarifas para utilizadores não domésticos Informação n.º 60/16, de 03 de fevereiro corrente, da Chefe da Divisão de Ambiente e Sustentabilidade (DAS);
  - 2. Proposta de redução de tarifas para utilizadores domésticos Informação n.º 68/16, de 03 de fevereiro em curso, da Chefe da DAS.

### 5.1. RECURSOS NATURAIS

- = Pedidos de Declaração de Reconhecimento de Interesse Público Municipal:
  - 1. Requerimento registado sob o n.º 20.703/2015, da firma TransJM Transportes e Logística, Limitada;



2. Requerimento registado sob o n.º 32.145/2015, da firma Ouripeças – Comercialização de Peças de Automóveis, Limitada.

### 6. DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

- = Segurança e Salubridade Públicas:
  - 1. Carta registada sob o n.º 9537/2015, da União de Freguesias de Matas e Cercal, sobre imóvel em estado de degradação, sito no cruzamento da Rua do Lagar com a Rua do Outeiro, em Ninho d'Águia, daquela união de freguesias;
  - 2. Ofício registado sob o n.º 3566/2016, da Polícia de Segurança Pública Esquadra de Ourém, sobre a existência de risco de derrocada de uma habitação abandonada, sita na Avenida dos Bombeiros Voluntários, n.º 33, nesta Cidade;
  - 3. Carta registada sob o n.º 2464/2016, da União das Freguesias de Gondemaria e Olival, sobre a remoção de pedras da via pública, provenientes de um muro sito na Rua do Cabeço, no lugar de Soutaria, daquela união de freguesias;
  - 4. Informação n.º 32/16, de 27 de janeiro findo, do Serviço de Fiscalização da Subunidade Orgânica de 3.º Grau de Fiscalização e Contencioso, sobre edificação em ruínas, sita na Rua da Escola, em Pinhel, da Freguesia de Atouguia.
- = Licenciamento de obra particular Processo registado sob o n.º 199/2015, de Fábio André dos Reis Henriques, instruído com a informação n.º 4/16, de 08 de janeiro findo, da Divisão de Gestão Urbanística.

### 7. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E ASSUNTOS SOCIAIS

= Ação social escolar – Comparticipação no custo de refeições – Informação n.º 5/16, datada de 06 de janeiro findo, da Chefe da Divisão de Educação e Assuntos Sociais.

### 8. SUBUNIDADE ORGÂNICA DE 3.º GRAU DE FISCALIZAÇÃO E CONTENCIOSO

= Acidente de viação – Pedido de indemnização – Processo registado sob o n.º 11.280/2015, de Pedro da Silva Graça, sobre acidente ocorrido na Avenida D. Nuno Álvares Pereira, nesta Cidade, no dia 02/05/2015.

Câmara Municipal de Ourém, 16 de fevereiro de 2016

O Presidente da Câmara

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



# ADITAMENTO À ORDEM DO DIA PARA A REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL MARCADA PARA 19/02/2016

### 1.3. PROJETO "OURÉM 2020"

= IV workshop Internacional de Turismo Religioso – 2016 – Ofício n.º 147/2015, datado de 02 de outubro de 2015, da ACISO – Associação Empresarial Ourém-Fátima, instruído com a informação n.º 1/16, de 08 de fevereiro em curso, da Equipa de Projeto "Ourém 2020".

Câmara Municipal de Ourém, 17 de fevereiro de 2016

O Presidente da Câmara

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca



### **DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA**

Processos deferidos por despacho dos Exmos. Presidente e Vereadores, 05-02-2016 a 18-02-2016

Processo nº	Requerente	Local	
293/2015	Albino Henriques de Faria	Rua 1.º de Dezembro - Ourém - freguesia de Nossa Sra. da Piedade	
136/2015	António de Oliveira Martins	São Sebastião – freguesia da Atouguia	
1242/1997	Armando José Sanfins Reis Vieira	Av. dos Bombeiros Voluntários – Ourém – freguesia de Nª Srª da Piedade	
293/2011	Formital – Construções Metálicas Lda	Rua Principal – Lagar da Cumenda – da união das freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	
1188/2010	Isabel Gonçalves das Neves	Rua da Cooperativa, n.º 62 – freguesia de Fátima	
307/2015	José Joaquim Gonçalves e Maria de	Rua São João de Deus – Fátima	
	Fátima Gameiro Gonçalves		
246/2015	José Nunes dos Santos	Rua Major, n.º 21 – Arneiro de Baixo – da união das freguesias Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	
355/2015	Manuel Reis Gomes	Rua Principal – freguesia de Atouguia	
566/2010	Margarida Isabel Marques Vaz	Estrada Real, n.º 21 – A – da União das freguesias de Freixianda, Ribeira do Fárrio e Formigais	
2849/2010	Nuno Miguel Vieira Domingos	Estrada Principal de Fátima, n.º 27 – freguesia de Fátima	
833/2008	Oleofat – Combustíveis e Lubrificantes S.A.	Vale de Zambujo – freguesia de Fátima	
19/2016	Ourividro S.A.	Rua de São Paulo – freguesia de Fátima	
1299/1995	Rui Mendes Marques	Rua da Mata – da União das freguesias de Gondemaria e Olival	
224/2015	Spycar – Inspeções de Veículos Lda	Estrada da Oliveirinha, n.º 236 – Casal dos Crespos – freguesia de Nossa Sra. da Piedade	
1023/2011	Susana Maria Pinheiro Gordo	Rua da Encosta da Fazarga – freguesia de Fátima	

Ourém, 19 de fevereiro de 2016



### DIREÇÃO INTERMÉDIA 3º GRAU DE LICENCIAMENTOS NÃO URBANÍSTICOS Processos deferidos por despacho do Ex.mo Presidente e/ou Vereador, de 05/02/2016 a 18/02/2016

Número Entrada	Requerente	Tipo de Licenciamento
3851	Agrupamento de Escolas da Freixianda	Manifestação desportiva
3852	Agrupamento de Escolas de Ourém	Manifestação desportiva- desfile em Olival
3316	Ouripneus-Industria de Pneus, Lda.	MCP - RJACSR
421	Yana Prozhuhan	MCP - RJACSR
3127	Nelson da Silva	MCP - RJACSR
3313	Ouripneus-Industria de Pneus, Lda.	MCP - RJACSR
4075	P`Escola- Associação Cultural e Recreativa e Desportiva da Soutaria	Licença de ruído
4363	Museu de Cera de Fátima, Lda.	Inspeção de elevador
4140	Instituto Religiosas Sagrado Coração de Maria em Portugal	Inspeção de elevaor
32621	Vítor Nelson Marques, Unipessoal, Lda.	MCP - RJACSR
30324	Ana Rita Oliveira Pereira	MCP - RJACSR
31058	João Alexandre Carreira Silva	MCP - RJACSR
422	Cláudia Sofia Sousa Marques Rodrigues	MCP - RJACSR
3910	Helena Maria Gonçalves Matias	MCP - RJACSR
30165	Ricardo Moita Fernandes	MCP - RJACSR
28877	João Miguel Vinagre Rodrigues	MCP - RJACSR
28874	João Miguel Vinagre Rodrigues	MCP - RJACSR
2826	Patrício de Oliveira Vieira	MCP - RJACSR

Ourém, 19 fevereiro de 2016

### Jacinto Costa

(Dirigente de Direção Intermédia da Unidade 3.º Grau de Licenciamentos Não Urbanísticos, Despacho 48/2015, de 2015/Agosto/21)



### **APOIO FINANCEIRO**

# PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE OURÉM E A ACISO – ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL OURÉM-FÁTIMA "IV WORKSHOP INTERNACIONAL DE TURISMO RELIGIOSO, FÁTIMA"

### PREÂMBULO

### Considerando que:

- a prossecução do Interesse Público Municipal, igualmente concretizado por entidades legalmente constituídas e que visem fins de natureza económica e socialmente relevantes, constitui um auxiliar inestimável na promoção do maior desenvolvimento dos Municípios;
- 2. os municípios dispõem de atribuições no domínio da promoção do desenvolvimento económico, de acordo com a alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.
- 3. A promoção do IV Workshop Internacional de Turismo Religioso em Fátima tem com principais objetivos:
  - a. Promover uma bolsa de contactos de negócio entre os participantes;
  - b. Promover internacionalmente, Portugal enquanto destino privilegiado de Turismo Religioso;
  - c. Reforçar a importância do Turismo Religioso no contexto do setor turístico mundial

Pelo exposto e nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo entre

**PRIMEIRO OUTORGANTE**: Município de Ourém, pessoa coletiva de direito público com o NIPC 501 280 740, com sede em Ourém, na Praça D. Maria II, n.º 1, 2490 – 499 Ourém representado neste ato pelo Presidente da respetiva Câmara Municipal, Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca;



**SEGUNDO OUTORGANTE:** ACISO – Associação Empresarial Ourém-Fátima, pessoa coletiva com o NIPC 500 971 293, com sede na Travessa 10 de Junho, n.º 11, na cidade de Ourém, representada neste ato por Alexandre José Marto Pereira e Fernando Jorge Oliveira da Silva e Sá na qualidade de Vice-Presidente e Tesoureiro, respetivamente, com poderes para outorgar o ato.

O qual se rege pelas seguintes cláusulas:

# CLÁUSULA 1.<sup>a</sup> (Objeto)

Constitui objeto do presente Protocolo a atribuição de um apoio financeiro, o qual visa financiar os encargos decorrentes da organização do IV Workshop de Turismo Religioso a realizar em Fátima, de 24 de fevereiro a 4 de março, conforme programa constante em Anexo – I.

# CLÁUSULA 2.ª (Apoio financeiro)

- O Primeiro Outorgante atribui ao Segundo Outorgante um apoio financeiro até ao montante de 50.000,00€ (Cinquenta Mil Euros), de acordo com o plano de pagamentos previsto na cláusula seguinte.
- Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja superior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro atribuído pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao montante atribuído referido no número anterior.
- 3. Caso o montante executado pelo Segundo Outorgante seja inferior ao valor inicialmente estimado, o apoio financeiro a conceder pelo Primeiro Outorgante ficará condicionado ao valor executado.

### CLÁUSULA 3.ª

### (Plano de pagamentos)

- 1. O apoio atribuído obedece ao seguinte plano de pagamentos:
  - a. 25 mil euros em fevereiro de 2016;



- b. 25 mil euros em março de 2016.
- 2. O pagamento da segunda e última prestação está condicionado à apresentação de documentos de despesa e a comprovativo do pagamento de despesas em montante igual ou superior ao montante referente à prestação anterior e de relatório final onde constem, designadamente, as metas atingidas.
- 3. Nos 30 dias subsequentes à ocorrência da última prestação, deverá o Segundo Outorgante efetuar a apresentação de documentos de despesa e respetivos comprovativos de pagamento em montante igual ou superior ao montante da respetiva prestação, facto que, caso não ocorra, implica a devolução do valor pago correspondente à última prestação.
- 4. O pagamento será efetuado por transferência bancária, para a conta bancária da ACISO com o número de identificação bancária 003508910001312323041, da entidade bancária Caixa Geral de Depósitos, conforme consta no Anexo II, que faz parte integrante do presente protocolo.

#### CLÁUSULA 4.ª

### (Obrigações do Segundo Outorgante)

### O Segundo Outorgante obriga-se ao seguinte:

- a) Cooperar com o Primeiro Outorgante no acompanhamento ao cumprimento do presente Protocolo;
- b) Aplicar e administrar corretamente a comparticipação financeira que lhe está a ser concedida tendo em conta o objeto do presente protocolo;
- c) Manter nas suas instalações um dossier devidamente organizado com todos os documentos suscetíveis de comprovar as informações e as declarações prestadas no âmbito deste protocolo, bem com os documentos comprovativos da realização das despesas, sob a forma de documentos originais ou cópias autenticadas e disponibilizá-lo (diretamente ou através dos seus representantes legais) para consulta sempre que solicitado pelo Primeiro Outorgante, no âmbito do acompanhamento, controlo e auditoria das operações, devendo ser mantido durante cinco anos após o término do presente protocolo;
- d) Apresentar a situação regularizada perante a Segurança Social e a Direcção-Geral dos Impostos;



- e) Observar o cumprimento ao estabelecido no Código dos Contactos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro);
- f) Cumprir as normas técnicas, legais e regulamentares a que o Primeiro Outorgante está sujeito;

### CLÁUSULA 5.ª

### (Direitos do Segundo Outorgante)

Constituem direitos do Segundo Outorgante:

- a) Receber atempadamente as transferências financeiras previstas no presente contrato.
- b) Solicitar ao Primeiro Outorgante apoio técnico no planeamento das intervenções a executar, conforme estabelece a cláusula seguinte.

### CLÁUSULA 6.ª

### (Apoio técnico)

O Primeiro Outorgante apoiará tecnicamente o Segundo Outorgante no âmbito do presente protocolo, através dos recursos humanos e meios disponíveis no Município, em estrita observância à racionalidade das necessidades demonstradas e sem prejuízo do normal funcionamento dos serviços municipais.

### CLÁUSULA 7.ª

#### (Divulgação ao apoio financeiro concedido)

O Segundo Outorgante deverá proceder à publicitação no evento a promover do apoio técnico e financeiro concedido pelo Primeiro Outorgante.

### CLÁUSULA 9.ª

### (Obtenção cumulativa de outro financiamento público externo)

1. Caso o Segundo Outorgante obtenha outro financiamento externo público, diretamente consignado ao objeto de apoio estabelecido, designadamente o disposto na cláusula 1.ª



deverá de imediato comunicar a referida ocorrência ao Primeiro Outorgante, especificando as componentes elegíveis e o montante obtido.

2. Na circunstância de se verificar o previsto no número anterior, o Primeiro Outorgante condicionará os apoios financeiros atribuídos no presente protocolo, até ao montante não comparticipado por outras entidades públicas, com o propósito de não se verificar um duplo financiamento público consignado ao objeto definido na cláusula 1.ª.

### CLÁUSULA 10.ª

### (Acompanhamento e controlo do contrato)

- 1. O Acompanhamento e Controlo do presente Protocolo de Comparticipação competem ao Primeiro Outorgante, assistindo-lhe o direito de verificar a sua boa execução.
- 2. O Segundo Outorgante compromete-se a facultar todos os elementos solicitados bem como fazer-se acompanhar aquando da visita prevista no número anterior.

#### CLÁUSULA 11.ª

### (Revisão ao Protocolo)

O presente Protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo Primeiro Outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público.

### CLÁUSULA 12.ª

#### (Denúncia)

O Protocolo pode ser denunciado por ambas as partes, através de proposta fundamentada, sendo a denúncia obrigatoriamente comunicada à outra parte com uma antecedência mínima de 60 dias.

### CLÁUSULA 13.ª

#### (Incumprimento, rescisão e sanções)

1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante das condições estabelecidas no presente Protocolo constitui motivo para a rescisão imediata do mesmo por parte do Primeiro Outorgante e implica a devolução dos montantes eventualmente já recebidos.



2. O incumprimento do presente Protocolo constitui um impedimento para que se verifique a atribuição de apoio qualquer apoio financeiro ao Segundo Outorgante, durante um período mínimo de três anos.

# CLÁUSULA DÉCIMA 14.ª (Vigência do Protocolo de Colaboração)

Sem prejuízo do disposto nas Cláusula 3.ª, o período de vigência do presente Protocolo inicia-se com a sua celebração e decorre até que ocorra a justificação do montante inerente à última prestação relativa ao apoio atribuído.

### Aprovações:

Câmara Municipal: 19 de Fevereiro de 2016.

O presente Protocolo de Colaboração compreende <u>6</u> folhas às quais se juntam <u>5</u> folhas respeitantes aos Anexos, que irão ser rubricadas pelos Outorgantes, à exceção da folha 6, em virtude de conter as assinaturas dos mesmos.

Celebrado aos 29 de fevererio de 2016, em dois exemplares de igual teor e validade, destinando-se cada um deles aos seus Outorgantes.

Pelo Primeiro Outorgante,	Pelo Segundo Outorgante,	
Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca	Alexandre José Marto Pereira	
	Pelo Segundo Outorgante,	
-		

Fernando Jorge Oliveira da Silva e Sá